



Revista Universo Contábil

ISSN: 1809-3337

universocontabil@furb.br

Universidade Regional de Blumenau
Brasil

Valentim Telles, Samantha; Meirelles Salotti, Bruno
DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL SOBRE DEPRECIAÇÃO: O ANTES E O
DEPOIS DA ADOÇÃO DAS IFRS
Revista Universo Contábil, vol. 11, núm. 2, abril-junio, 2015, pp. 153-173
Universidade Regional de Blumenau
Blumenau, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=117041068009>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337
Blumenau, v. 11, n. 2, p. 153-173, abr./jun., 2015

doi:10.4270/ruc.2015216
Disponível em www.furb.br/universocontabil



DIVULGAÇÃO DA INFORMAÇÃO CONTÁBIL SOBRE DEPRECIAÇÃO: O ANTES E O DEPOIS DA ADOÇÃO DAS IFRS¹

DISCLOSURE OF THE ACCOUNTING INFORMATION ABOUT DEPRECIATION: BEFORE AND AFTER THE ADOPTION OF THE IFRS

DIVULGACIÓN DE LA INFORMACIÓN CONTABLE SOBRE LA DEPRECIACIÓN: EL ANTES Y EL DESPUÉS DE LA ADOPCIÓN DE LAS IFRS

Samantha Valentim Telles

Doutoranda em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 – FEA3 – Cidade Universitária
CEP: 05.508-900 - São Paulo - SP
E-mail: samantha.telles@usp.br
Telefone: (11) 3091-5960

Bruno Meirelles Salotti

Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP
Professor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA/USP
Endereço: Av. Prof. Luciano Gualberto, 908 – FEA3 – Cidade Universitária
CEP: 05.508-900 - São Paulo – SP
E-mail: brunofea@usp.br
Telefone: (11) 3091-5820

RESUMO

Com a adoção das IFRS, esperava-se que a Contabilidade se aproximasse mais de sua essência econômica. Contudo, alguns estudos apontam evidências da permanência da utilização de certas práticas da Contabilidade anterior. Dessa forma, o principal objetivo deste estudo foi analisar a evolução da divulgação e da apresentação, nas demonstrações financeiras anuais, das informações referentes à depreciação dos ativos imobilizados no Brasil. Para isso, utilizou-se Análise de Conteúdo nas demonstrações financeiras padronizadas de 74 companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA de 2006 a 2012. Os resultados mostraram que o nível de utilização das taxas fiscais era muito maior antes da adoção das novas normas, mas algumas empresas já utilizavam outras taxas nesse período. Após a adoção, passou-se a utilizar com mais frequência a apresentação através de taxas médias. Com o passar dos anos, as taxas de depreciação quase não se alteraram em todos os grupos de ativos imobilizados analisados. Contudo, antes e depois da adoção das IFRS, algumas empresas não apresentaram informações obrigatórias, mesmo com a exigência das normas vigentes. Constatou-se também que, antes das IFRS, a depreciação acumulada era apresentada no cálculo do valor líquido do imobilizado; e após, passou a ser apresentada na composição do saldo do mesmo, junto à depreciação do período. Conclui-se que as Notas Explicativas sobre depreciação sofreram mudanças

¹ Artigo recebido em 22.09.2014. Revisado por pares em 09.07.2015. Reformulado em 30.07.2015. Recomendado para publicação em 01.08.2015 por Carlos Eduardo Facin Lavarda. Publicado em 21.08.2015. Organização responsável pelo periódico: FURB.

consideráveis, principalmente após a adoção das IFRS, mas ainda permanecem muitos resquícios da cultura anterior.

Palavras-chave: Divulgação, Depreciação, Notas Explicativas, IFRS.

ABSTRACT

With the adoption of the IFRS, it was expected that the Accounting would get closer to its economic essence. However, some studies point to the existence of evidences of the permanence of the use of certain practices of the previous Accounting. Therefore, the main goal of this study was to analyze the evolution of the disclosure and presentation, in the annual financial statements, of the information about the depreciation of property, plant and equipment in Brazil. To do so, Content Analysis was used in financial statements of 74 public companies listed in BM&FBOVESPA from 2006 to 2012. The results have shown that the tax rates levels of use were bigger before the adoption of the new rules, but some companies already used other rates in this period. After the adoption, the presentation method of average rates began to be used more frequently. Over the years, the depreciation rates almost did not change in all the analyzed assets groups. However, before and after the adoption of the IFRS, some companies did not present the mandatory information, even with the requirement of the existing rules. It was also verified that before the IFRS, the accumulated depreciation was presented in the calculus of the net value of property, plants and equipment; and after, it began to be presented inside the reconciliation of the carrying amount, alongside with the depreciation. It is possible to conclude that the Notes about depreciation had suffered considerable changes, especially after the adoption of the IFRS, but residues of the previous culture remain.

Keywords: Disclosure, Depreciation, Notes, IFRS.

RESUMEN

Con la adopción de las IFRS, se esperaba que la contabilidad se mueve más cerca de la esencia económica. Pero, estudios apuntan evidencias de la permanencia de la utilización de determinadas prácticas contables anteriores. Así, el objetivo principal del estudio ha sido analizar la evolución de la divulgación y presentación, en los estados financieros anuales, de las informaciones relativas a la depreciación de los activos fijos en Brasil. Para eso, se utilizó el análisis de contenido en los estados financieros de 74 empresas cotizadas en la BM&FBOVESPA en 2006-2012. Los resultados mostraron que el nivel de utilización de las tasas de impuestos era mucho mayor antes de la adopción de las nuevas normas, pero algunas empresas han utilizado otros tipos en este periodo. Después de la adopción, han empezado a usar con más frecuencia la presentación a través de tasas medias. Con los años, las tasas de depreciación prácticamente no cambiaron en todos los grupos de activos fijos analizados. Pero antes y después de la adopción de las IFRS, algunas empresas no proporcionaron información obligatoria, aún con la exigencia de las reglas existentes. También se descubrió que antes de las IFRS, la depreciación acumulada se presentó en el cálculo del valor del activo neto, y después, comenzó a ser presentada en la composición del saldo del mismo, junto con la depreciación del período. Se concluye que las notas explicativas sobre la depreciación han sufrido cambios considerables, especialmente después de la adopción de las IFRS, todavía han muchos restos de la cultura anterior.

Palabras clave: Divulgación, Depreciación, Notas, IFRS

1 INTRODUÇÃO

Em relação à Contabilidade de origem anglo-saxônica, a Contabilidade brasileira era consideravelmente mais uniforme e menos flexível, continha maior quantidade de

requerimentos legais, dificultando julgamentos profissionais, e era muito mais conservadora e bem menos transparente (GRAY, 1988). Isso porque enquanto novas normas emitidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), fundamentadas nas normas do IASB, se baseiam em princípios, as brasileiras, vigentes até 2007, eram fortemente baseadas em regras, em leis, e fortemente influenciadas pelas regras fiscais (MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007; IUDÍCIBUS, 2007; ERNST&YOUNG; FIPECAFI, 2010). Essa influência foi considerada um obstáculo conceitual fundamental na compreensão, aplicação e aceitação das normas internacionais (ERNST&YOUNG; FIPECAFI, 2010). Assim, para que a convergência à essas normas fosse possível, iria depender do alinhamento com alguns padrões, dentre eles, a desvinculação das contabilidades societária e tributária (LIMA, 2010).

Contudo, os estudos de Freire et al. (2012) e Reis e Nogueira (2012) verificaram a utilização de taxas de depreciação definidas pela Receita Federal pelas empresas do setor industrial, mesmo após a adoção das novas normas. Antes da adoção das normas do IASB, no entanto, já era possível utilizar outras taxas para o cálculo da depreciação, porém, por comodismo e economia, as empresas brasileiras utilizavam as taxas tributárias (IUDÍCIBUS, 2007; FREIRE et al., 2012). Para Eberhartinger (1999), a adoção das taxas fiscais acontecia com intuito de diminuir a carga de trabalho, já que as empresas teriam que fazer uma reconciliação das taxas para propósitos de impostos; assim, seria preferível ignorar as taxas de depreciação econômica e utilizar aquelas fornecidas pela lei.

Por esse motivo, ainda que as contabilidades fiscal e financeira tenham sido separadas definitivamente, permanece a preocupação de ainda haver influência da Contabilidade Fiscal naquela de fins societários. Para Iudícibus (2007), dada a cultura contábil brasileira, sua realidade econômica e jurídica, suas crenças e valores e a forte influência das regras tributárias, seria muito difícil fazer com que as novas normas fossem aplicadas em seu total vigor. Evidências disso são os estudos de Freire et al. (2012) e Reis e Nogueira (2012) e Reis et al. (2013), que mostraram que mesmo após a adoção das IFRS (*International Financial Reporting Standards*), as empresas não estavam apresentando informações exigidas pelas novas normas. Assim, o problema deste estudo pode ser enunciado da seguinte forma: Em quais aspectos, de divulgação e apresentação, as informações contábeis referentes à depreciação dos ativos imobilizados evoluíram antes e depois da adoção das IFRS nas maiores empresas abertas brasileiras?

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a evolução da divulgação e da apresentação nas demonstrações financeiras anuais das informações referentes à depreciação dos ativos imobilizados no Brasil. Para tanto, apresenta-se os seguintes objetivos específicos: (i) Verificar se há empresas que ainda estão utilizando as taxas de depreciação fiscal para fins societários e se antes da adoção das normas, alguma empresa já utilizava as taxas adequadas; (ii) Verificar se houve alteração nas taxas de depreciação antes e depois da adoção inicial das normas internacionais, para que se verifique se as empresas reavaliavam suas taxas com frequência; (iii) Analisar se e como foram apresentadas as taxas de depreciação ao longo dos anos; e (iv) Verificar se outras informações, exigidas pelas normas (antes e depois da adoção dos CPC), referentes à depreciação foram apresentadas, como método de cálculo, depreciação acumulada e despesa de depreciação.

A maior dificuldade na convergência para as normas internacionais “[...] não é conhecer as novas normas, é a mudança de postura, mudança de comportamento” (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012, p. 58). Dessa forma, outra grande justificativa do presente estudo é o fato de não se saber se houve ou não alteração na prática, no comportamento das pessoas, ao elaborar as demonstrações financeiras. A própria CVM (Comissão de Valores Mobiliários) afirmou que seria dada uma atenção especial às informações apresentadas nas Notas Explicativas a partir das demonstrações referentes ao exercício de 2011, incluindo o ativo imobilizado e suas taxas de depreciação (VALOR ECONÔMICO, 2011). Dessa forma, a maior justificativa dessa

pesquisa é preencher a lacuna existente no estudo da adoção das normas internacionais num tópico pouco abordado pela Contabilidade contemporânea: a depreciação.

O estudo foi realizado nas 74 maiores companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros), que possuíam ativos imobilizados e/ou despesas de depreciação durante todo o período estudado. Foram utilizadas as demonstrações financeiras anuais referentes a sete anos: 2006 a 2012.

Este trabalho está organizado em cinco tópicos. O primeiro apresentou o contexto e o problema de pesquisa. No segundo é apresentado o arcabouço teórico que serviu de base para a elaboração deste estudo. No terceiro são apresentados a amostra de empresas analisadas, o período, a fonte, o instrumento e a forma da coleta dos dados. O quarto traz a análise dos dados. E no último, as conclusões finais e as limitações da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Essa sessão apresenta o arcabouço teórico base deste estudo: como se deu a evolução da normatização contábil e a relação com a Contabilidade Fiscal, conceitos e cálculos de depreciação e estudos anteriores relacionados.

2.1 A normatização contábil

A Contabilidade nasceu gerencial, mas sem qualquer tipo de normatização. Com o passar dos anos, outros *players* foram aparecendo e a Contabilidade se transformou em um complexo sistema de informação e avaliação. Com a separação das figuras do gestor e do proprietário, a Contabilidade apareceu para diminuir a assimetria informacional entre eles, através de boas informações. Em países em que era dominada pelos bancos, como os da Europa Continental, ela passou a ser normatizada, utilizando o Princípio do Conservadorismo. Enquanto que na normatização contábil voltada para os investidores, as normas eram produzidas pelos próprios contadores, naquela voltada para os credores, a normatização era realizada pelo Estado (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005; MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012).

Para Iudícibus, Martins, e Carvalho (2005) é indispensável considerar o Estado como um dos *stakeholders* da Contabilidade. Sua utilidade, nesse caso, está pautada na arrecadação de tributos e pode ser por ela influenciada, como aconteceu nos países latinos (MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012). Essa é a opinião também de outros pesquisadores: se um método contábil, adotado para fins de reporte, também afeta a contabilidade fiscal, terá sua contabilidade financeira influenciada pelos impostos (EBERHATINGER, 1999). A forte ligação entre essas contabilidades foi uma das barreiras para a convergência ao IFRS, em vários países europeus (EBERHATINGER, 1999; LARSON; STREET, 2004; STREET; LARSON, 2004).

As Contabilidades germânica e latina são muito mais baseadas em regras, enquanto que a normatização inglesa é mais baseada em princípios. As normas baseadas em regras correspondem a orientações detalhadas e em grande quantidade, e que apresentam muitas exceções (SEC, 2003). O estudo da SEC (2003) destaca ainda que, mesmo que a intenção de se elaborar normas baseadas em regras extremamente detalhadas seja diminuir a possibilidade de julgamento, isso em si é impossível; isso porque um preparador de normas não consegue criar uma norma que aborde todos os tipos de situações existentes. Dessa maneira, regras detalhadas levam a existência de lacunas e inconsistências, e quanto mais regras são criadas para acabar com tais lacunas, mais delas são criadas (BLACK; HOPPER; BAND, 2007).

Contudo, regras detalhadas proporcionam um padrão claro de comportamento e mais segurança (BLACK; HOPPER; BAND, 2007). O profissional contábil tende a se sentir mais seguro porque além de correr menos riscos e não ser necessário que assuma posições, se a regra

for bem interpretada, impede que ele seja acusado de incapacidade, erro ou fraude (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005; E. MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007; MARTINS; DINIZ; MIRANDA, 2012). Para o FASC (2003), esse modelo baseado em regras permite que haja comparabilidade e consistência nas Demonstrações, desde que não haja normas conflitantes e se forem interpretadas da mesma forma pelos usuários (SEC, 2003).

Já a aplicação de normas baseadas em princípios é muito mais complexa e exige mais da capacidade do profissional contábil. Nela, as normas são baseadas em conceitos econômicos e exigem que o administrador e o auditor apliquem julgamento e conhecimento sobre o assunto em sua elaboração (FASC, 2003; LIMA, 2010). Essa forma de normatização exige do contador “[...] capacidade de interpretação, responsabilidade pela decisão de como contabilizar, do que aceitar na auditoria etc.” (MARTINS; MARTINS; MARTINS, 2007, p. 15). A normatização baseada em princípios é superior, pois evita as armadilhas da “engenharia financeira” da normatização baseada em regras, e fornece amparo suficiente para os preparadores e auditores das demonstrações contábeis. Com isso, as demonstrações se tornam mais transparentes e comparáveis porque refletem a substância econômica das transações e eventos das organizações (SEC, 2003; AGOGLIA; DOUPNIK; TSAKUMIS, 2011; BARTH; LANDSMAN; LANG, 2008). Contudo, preocupam preparadores e auditores, já que a “boa fé” dos julgamentos pode não ser aceita pelas agências reguladoras (FASC, 2003; SEC, 2003).

2.2 A Contabilidade Brasileira e a Influência da Contabilidade Fiscal

As origens legais brasileiras estão ligadas ao *code law*. O Brasil, assim como outras colônias latino-americanas de Portugal e da Espanha, teve sua tradição legal fortemente influenciada pela francesa (LA PORTA; DE-SILANES; SHLEIFER, 2008), e por isso, muito influenciada pela Contabilidade Fiscal. A Lei n. 11.638/07 mudou a contabilidade brasileira; sua finalidade principal era eliminar as barreiras regulatórias que impediam o processo de convergência às normas internacionais (IUDÍCIBUS, 2009). No entanto, a adoção das normas internacionais no Brasil ocorreu em duas etapas: a primeira, em 2008 e 2009, com uma aplicação parcial; e a segunda (*full IFRS*), a partir de 2010, com a adoção completa.

Com a adoção das novas normas, a separação das contabilidades fiscal e financeira passou a ser mandatória. Além do Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR), o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real e o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) foram outras ferramentas utilizadas para a separação das contabilidades fiscal e societária. Buscando a neutralidade tributária, o artigo 16 da Lei n. 11.941/09 estabeleceu que as alterações introduzidas pela Lei n. 11.638/07 (novos critérios e métodos contábeis) não teriam efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica que estiver sujeita a esse regime.

As alterações promovidas pelas normas do IASB vão desde novas formas de cálculo até novas exigências relacionadas à apresentação, mas sempre com a intenção de se basear em princípios e na necessidade de prevalência da essência sobre a forma. De acordo com Lima (2010), o que se espera da convergência é uma maior transparência e qualidade das informações, devido à vinculação anterior da contabilidade com a legislação e regulamentação governamentais. Ela traz também outros benefícios, como a redução dos custos – pois as empresas passam a utilizar apenas um padrão contábil –, e o melhor entendimento e comparação por parte de investidores internacionais (IUDÍCIBUS, 2007). Conforme o estudo de Barth, Landsman e Lang (2008), empresas que aplicam as normas internacionais emitidas pelo IASB em relação as que aplicam as normas locais normalmente apresentam níveis menores de gerenciamento de resultado, maior tempestividade no reconhecimento de perdas e maior *value relevance* na contabilidade.

Porém, a plena adoção das normas internacionais e a separação da contabilidade fiscal não aconteceram no momento em que a Lei n. 11.638/07 entrou em vigência (FREIRE et al., 2012).

2.3 A Depreciação

Grande parte dos elementos que compõem o ativo imobilizado possuem um período de vida útil limitado (MARTINS et al., 2013). Essa vida útil é representada pela figura da depreciação, que é a alocação do custo do imobilizado de forma sistemática nos exercícios que forem beneficiados pelo seu uso, ao longo dessa vida útil (CPC 27; MARTINS et al., 2013). A estimativa da vida útil do ativo é, assim, uma questão de julgamento. Devido à subjetividade dessa avaliação, ela pode ser determinada considerando o lucro ao qual a empresa quer chegar (BAPTISTA, 2009).

A depreciação de antes da adoção das IFRS possui pouca diferença em relação à depreciação pós-IFRS, na teoria. A maior diferença está na prática, já que os ajustes lançados no LALUR não eram aceitos pelo Fisco para fins de pagamento de impostos e apenas as despesas registradas na contabilidade poderiam ser deduzidas, desde que as taxas fossem inferiores às fiscais (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2007).

Há diversos métodos que podem ser utilizados para calcular a depreciação. O método utilizado pela empresa reflete o seu padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros (CPC 27). Os mais utilizados são (MARTINS et al., 2013):

- (i) Método das quotas constantes (ou linear) – mais utilizado pelas empresas, desde o estudo de Ramos (1968), devido à sua simplicidade e facilidade de cálculo (GUIMARÃES, 1981; MARTINS et al., 2013).
- (ii) Método da soma dos dígitos dos anos – fornece quotas de depreciação decrescentes, uniformizando os custos globais (MARTINS et al., 2013).
- (iii) Métodos das unidades produzidas ou das horas de trabalho – têm o objetivo de confrontar as receitas associadas à produtividade do ativo com o seu consumo.

Como comentado anteriormente, o Brasil sofreu uma grande influência das regras fiscais. Martins et al. (2013) entendem que as tabelas fiscais induziam as empresas a utilizar as taxas da Receita Federal. Algo semelhante aconteceu na Romênia, em que as normas fiscais estipulavam um intervalo limite de prazo de vida útil, o que fazia com que as empresas determinassem a depreciação contábil dentro desses limites (RADU; MARIUS, 2011; ISTRATE, 2012).

As taxas fiscais foram estabelecidas pela IN n. 162/98 e resumidas por Martins et al. (2013, p. 302), e estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 – Taxas de depreciação admitidas pelo Fisco

	Prazo de vida útil (anos)	Taxa anual de depreciação
Edificações	25	4%
Máquinas e Equipamentos	10	10%
Instalações	10	10%
Móveis e Utensílios	10	10%
Veículos	5	20%
Sistema de processamento de dados	5	20%

Fonte: IN n. 162/98; Martins et al. (2013, p. 302).

A Lei n. 11.638/07 tornou mais clara a obrigatoriedade da utilização da vida útil econômica e o valor residual para cálculo da depreciação para fins contábeis. A partir da Lei n. 11.941/09, essas taxas passaram a ser utilizadas apenas para fins fiscais (Martins et al., 2013). Ou seja, para fins tributários devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

2.4 O *Disclosure*, as notas explicativas e a depreciação

A divulgação é uma das ferramentas utilizadas pela Contabilidade para alcançar seu objetivo de informar os usuários (GOULART, 2003) e reduzir a assimetria informacional. Segundo Salotti e Yamamoto (2005), é uma forma de reduzir o custo de capital relacionado a essa assimetria, para alcançar a eficiência da divulgação. Cruz e Lima (2010) veem a divulgação de informações como algo que afeta a percepção de risco dos agentes econômicos pois influencia a alocação dos seus recursos, o estabelecimento do preço dos títulos e o nível de evidenciação.

Para Black (2001), o valor de uma entidade está ligado às suas perspectivas futuras que são parcialmente guiadas pelo seu desempenho passado, contudo, a entidade sabe qual foi seu desempenho passado e quais são suas perspectivas futuras, o investidor, não. Assim, a função do *disclosure* é auxiliar os investidores a avaliar as melhores oportunidades na alocação de seus recursos, fazendo inferências sobre o desempenho atual e futuro das empresas para a tomada de decisão de investimento (LANZANA, 2004).

O *disclosure* pode ser compulsório ou voluntário. Para responder questões sobre as razões pelas quais um gestor opta ou não por divulgar certas informações sobre a empresa, desenvolveu-se a “Teoria do Disclosure Voluntário”. Essa teoria possui, conforme Dye (2001), a premissa central de que as empresas vão divulgar apenas as informações que são favoráveis a ela e não irão divulgar informações desfavoráveis, principalmente se tal *disclosure* não for compulsório (VERRECCHIA, 2001; BLACK, 2001). Isso se deve ao problema de seleção adversa que faz com que a falta de informação leve ao mercado a interpretá-la como ruim. Assim, se a informação for mesmo ruim, as empresas não a divulgam pois não alterará a percepção dos investidores (SALOTTI; YAMAMOTO, 2005).

Mas são diversas as vantagens na divulgação: Aumento da credibilidade da administração; Número maior de investidores de longo prazo; Maior monitoramento dos analistas; Aumento do acesso à capital novo; Aumento do valor das ações; e Aumento dos resultados do negócio e do valor de mercado da empresa (ECCLES et al., 2001).

De acordo com Martins et al. (2013), a Contabilidade vem enfrentando diversos desafios. Quando o assunto é evidenciação, o desafio que mais se destaca é o dimensionamento da qualidade e da quantidade de informações capazes de atender as necessidades dos usuários das demonstrações. A melhoria da quantidade e qualidade de informações divulgadas, de maneira pontual e consistente para o mercado todo, é, segundo Lanzana (2004), uma maneira de igualar os direitos de todos os acionistas da empresa e de aquisição de credibilidade para o gestor. Assim, esperava-se que a adoção das normas internacionais trouxesse mais transparência aos relatórios contábeis (SEC, 2003; AGOGLIA; DOUPNIK; TSAKUMIS, 2011; LIMA, 2010).

A necessidade de informações complementares deu origem às notas explicativas – parte integrante das demonstrações financeiras. Após a adoção das normas internacionais, a exigência pelas notas explicativas apareceu na IAS 1 e nas normas específicas de cada tema; por exemplo, no caso do ativo Imobilizado, a norma correspondente é a IAS 16. Antes das IFRS, elas eram exigidas pelo parágrafo 5º do art. 176 da Lei n. 6.404/76, em que eram apresentadas diversas informações que deviam aparecer nas notas explicativas.

Para os ativos imobilizados, a Lei n. 6.404/76 já exigia a divulgação da metodologia da depreciação (art. 176, parágrafo 5º, inciso IV, alínea a). Após a adoção das normas internacionais outras divulgações passaram a ser necessárias; as mais relevantes para o presente estudo são (CPC 27): (i) Métodos de depreciação utilizados; (ii) Vidas úteis ou taxas de depreciação utilizadas; (iii) Depreciação; e (iv) Depreciação acumulada no início e no final do período. Esses itens devem ser apresentados por classe de ativo imobilizado (CPC 27). Para

esse CPC, tais divulgações fornecem aos usuários das demonstrações, informação que os permite revisar políticas selecionadas pela administração, além de facilitar comparações com outras empresas. Algumas dessas informações já eram necessárias antes da adoção das IFRS, conforme a Resolução CFC n. 1.027/05. Contudo, o art. 176 da Lei n. 6.404/76 requeria apenas que as Notas Explicativas apresentassem o método de cálculo da depreciação.

2.5 Estudos Anteriores

São diversos os estudos relacionados aos determinantes do *disclosure*. No estudo de Lanzana (2004), a autora estudou companhias abertas listadas na Bovespa e verificou que quanto melhor a governança corporativa, maiores são os níveis de *disclosure*. Murcia e Santos (2009) estudaram as 100 maiores empresas não-financeiras listadas na Bovespa do exercício de 2007 e constataram que as variáveis significantes foram: aderência aos níveis de Governança Corporativa da Bovespa; internacionalização (títulos negociados na bolsa de valores de Nova York); Tamanho; e Setor (ser ou não do setor elétrico). Já Braga, Oliveira e Salotti (2009) verificaram em 108 empresas abertas presentes no *ranking* da revista Exame – Melhores e Maiores os fatores determinantes para a divulgação ambiental e verificaram que os mais significativos são: tamanho da empresa, riqueza criada e natureza da atividade. Cruz e Lima (2010) estudaram 23 companhias brasileiras listadas na Bovespa de 2000 a 2004 e averiguaram que a reputação corporativa das empresas afeta seu nível de *disclosure*.

Outros estudos tratam da divulgação das informações contábeis e sua adequabilidade e alinhamento às normas internacionais. A pesquisa de Barcellos, Silva e Costa Junior (2012) verificou se as empresas apresentaram informações sobre os impactos da adoção das normas internacionais e concluíram que uma quantidade considerável de empresas não atendeu aos requisitos normativos. Reis et al. (2013) tinham o objetivo de verificar se as empresas do setor de Siderurgia, listadas na BM&FBOVESPA, estavam apresentando adequadamente as informações relacionadas à recuperabilidade do valor do imobilizado de 2008 a 2010; averiguaram que não só nenhuma das empresas apresentou todas as informações necessárias no período analisado, como as Notas Explicativas sobre o assunto correspondiam, em grande parte, às adaptações da redação do CPC 01.

Por outro lado, o tema depreciação não foi muito discutido nos últimos anos no Brasil, apenas algumas pesquisas estudaram o tema. Freire et al. (2012) analisaram as taxas de depreciação de 38 empresas abertas do setor de Bens Industriais, apresentadas de 2008 a 2010, para verificar se correspondiam às fiscais e verificaram que em 2008, 70% das empresas estudadas ainda utilizavam tais taxas, mas com o passar dos anos, esse percentual diminuiu. Reis e Nogueira (2012) analisaram 82 empresas abertas pertencentes ao Novo Mercado, com o objetivo de verificar como estava a situação das informações sobre o ativo imobilizado e, por consequência, das depreciações, no exercício de 2010; dentre outras conclusões, constataram que a maior parte das empresas analisadas utilizaram o método linear e ainda utilizavam taxas de depreciação fiscal para seus ativos imobilizados mais relevantes. Já a pesquisa de Graciliano e Fialho (2013) analisou o registro e a evidenciação da depreciação no setor público, e verificaram que, de 2008 à 2011, os índices de registro e, por conseguinte, de evidenciação foram bastante baixos, sendo que quando havia esse registro, o percentual de depreciação estava muito aquém do esperado, se comparado a outros entes semelhantes.

Internacionalmente, pode-se citar o estudo de Istrate (2012), em que o autor estudou 61 empresas e fez uma comparação entre as normas fiscais, as normas contábeis anteriores e as IFRS na Romênia, relacionadas a ativos imobilizados. Assim como no Brasil, a Contabilidade romena sofria muita influência das regras fiscais, o que está relacionado com a sua evolução conjunta. Dessa forma, a depreciação também acabava sendo diferente da mais correta para fins contábeis, pois se adaptava à regra fiscal para diminuir o pagamento de impostos.

Tem-se, ainda, a pesquisa de Radu e Marius (2011), que estudou 20 companhias de um condado romeno com o objetivo de corrigir e abordar as fraquezas do processo de depreciação de ativos fixos. Os autores verificaram que todas as empresas estudadas utilizaram o método linear para cálculo de depreciação, sendo que apenas 13% delas utilizou também algum outro método, e que 82% utilizaram os valores estabelecidos pelo catálogo de ativos fixos do Ministério das Finanças. Chegaram à conclusão de que o melhor método para depreciar máquinas, instalações e equipamentos tecnológicos é o das unidades produzidas, de que todos os ativos fixos, tangíveis ou não, devem ser depreciados e que não deve haver depreciação da parte reavaliada do ativo e sim, uma provisão

3 METODOLOGIA

O presente estudo se caracteriza como uma pesquisa documental, de objetivos exploratórios e descritivos (RAUPP; BEUREN, 2009). Quanto à abordagem do problema, entende-se que essa pesquisa pode ser considerada um modelo de duas etapas, utilizando os enfoques qualitativo e quantitativo (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2006). O enfoque qualitativo foi utilizado na coleta dos dados, em que se utilizou de análise de conteúdo para verificar as informações que foram apresentadas nas notas explicativas e como foi feita essa apresentação. Na fase quantitativa, foi dada continuidade à análise verificando-se a frequência de aparição de determinados elementos das notas explicativas (BARDIN, 2008).

A pesquisa foi realizada com dados sobre as companhias abertas, cuja lista foi obtida do software Economatica®. O motivo da opção por analisar apenas essas empresas está baseada nos achados da pesquisa de Geron (2008). Nela, a autora concluiu que as demonstrações das companhias fechadas sofreram pouca alteração nos trinta anos anteriores à sua pesquisa, enquanto que aquelas de companhias abertas passaram por modificações bastante relevantes.

A lista obtida a partir desse programa continha 237 companhias abertas ativas. Como estudou-se as informações referentes à depreciação de 2006 à 2012, excluíram-se as empresas que abriram capital durante o período estudado ou que, por algum motivo, não apresentavam ativo imobilizado e/ou despesa de depreciação em algum período, chegando-se assim a 132 empresas. Estudos anteriores (LANZANA, 2004; MURCIA; SANTOS, 2009; CRUZ; LIMA, 2010) verificaram que o fator tamanho da empresa ajuda a explicar o nível de *disclosure*, assim, optou-se por selecionar as empresas que estivessem presentes no *ranking* das 1000 maiores, da Revista Melhores e Maiores de 2013, chegando-se à amostra final estudada de 74 empresas.

Para permitir que as empresas que, eventualmente, pertencessem a um mesmo grupo empresarial fossem analisadas separadamente, optou-se por analisar apenas as demonstrações individuais. Essa escolha se deve também ao fato de que os cálculos de tributos sobre o lucro são apurados em cada empresa, individualmente. Já que o objetivo do trabalho está relacionado com a comparação de taxas de depreciação contábeis *versus* fiscais, acredita-se que as demonstrações individuais propiciam uma melhor análise dessa comparação.

Parte dos dados foi obtida das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) enviadas à CVM. Optou-se por analisar os 7 anos, pois, “Uma fotografia de uma paisagem ou de qualquer ser ou objeto transmite uma visualização instantânea do ser; uma série de retratos, tirados em datas e épocas diferentes, traduzem a evolução” (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005, p. 18). Assim, julgou-se necessário buscar dados anteriores à adoção das normas internacionais.

É importante destacar que em casos de reapresentações de demonstrações, analisou-se somente a última apresentada, para não incorrer no risco de utilizar informações que contenham erros. Ressalta-se também que, por motivos de simplificação, as informações analisadas estão restritas aos ativos imobilizados apresentados na Tabela 1, pois a composição de outros tipos de imobilizados é muito variada, dificultando a comparação.

Os dados coletados e as fontes dessas informações são apresentados no quadro 1.

Quadro 1 – Fonte de dados da análise

Dados	Fontes da informação
Ressalva no parecer da Auditoria Externa	DFP - Parecer da Auditoria Externa
Apresentação da Depreciação Acumulada Total	Economática® – Demonstrações financeiras
Apresentação da Depreciação Acumulada por Imobilizado	DFP – Notas Explicativas
Apresentação da Despesa de Depreciação Total	Economática® – Demonstrações financeiras
Apresentação da Despesa de Depreciação por Imobilizado	DFP – Notas Explicativas
Metodologia de cálculo da Depreciação	DFP - Notas Explicativas
Apresentação das taxas de depreciação	DFP - Notas Explicativas

4 RESULTADOS

Verificou-se que somente 1,16% das 518 observações analisadas apresentaram parecer com ressalva, sendo que nenhuma delas versava sobre ativo imobilizado e /ou afetava de alguma forma as informações sobre depreciação.

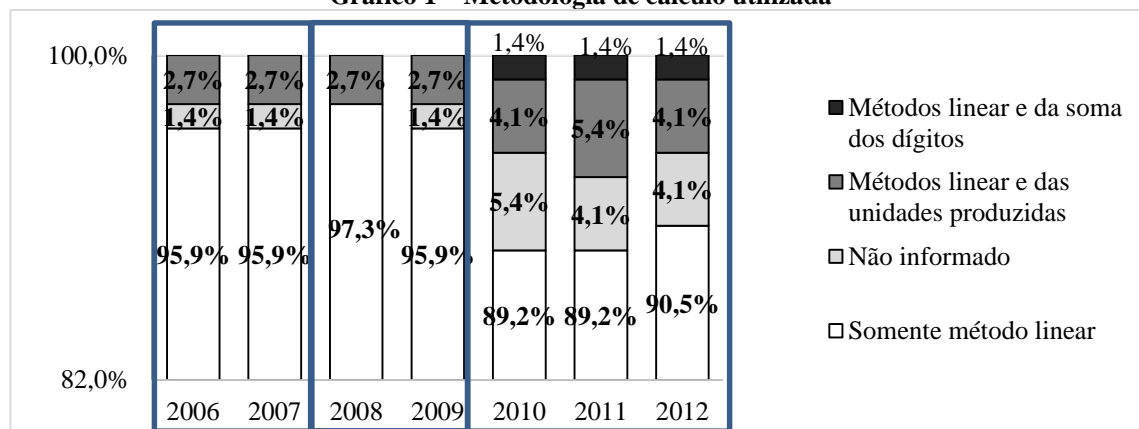
As empresas analisadas estão bastante divididas entre os setores, indicando uma grande diversidade de atividades. Verificou-se que o setor com mais empresas é o de Energia Elétrica (11), seguido pelo Têxtil (7).

Se a classificação do NAICS tivesse sido considerada, as 74 empresas estudadas estariam divididas em 47 setores diferentes, um número consideravelmente maior que os 19 setores da Economática®. A fragmentação da classificação fez, no entanto, com que não fosse possível realizar uma análise setorial, em que se verificaria a existência de diferenças na divulgação dos setores.

4.1 Metodologia de cálculo da depreciação

Como comentado na seção 0, há diversos métodos para cálculo de depreciação que podem ser utilizados. A escolha pelo melhor método vai depender do padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros de cada empresa (CPC 27). Segundo esse mesmo CPC e conforme a Lei n. 6.404/76, anterior a ele, a informação sobre a metodologia escolhida deve ser fornecida nas demonstrações financeiras. Entretanto, ainda que exista tal obrigatoriedade, foi possível verificar que nem todas as empresas apresentaram essa informação no período estudado, como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Metodologia de cálculo utilizada



Fonte: Elaborado pelos autores

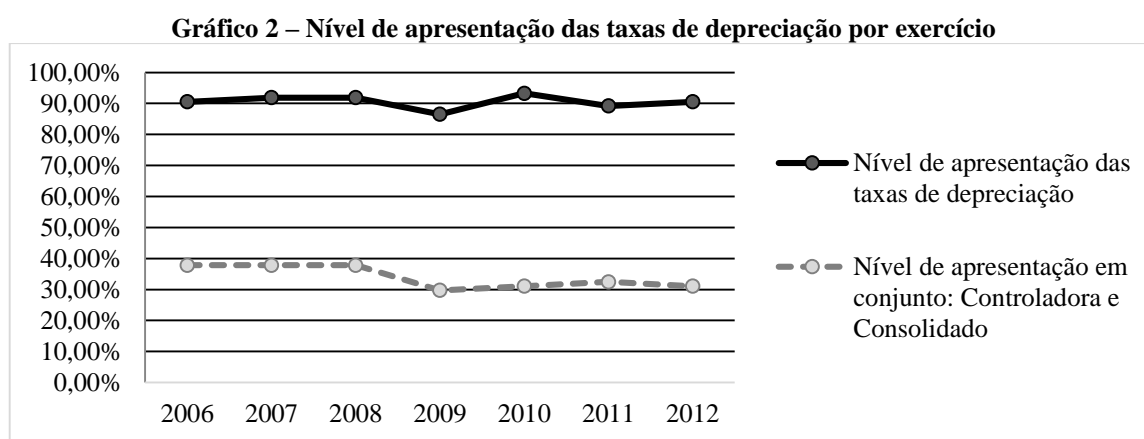
Da mesma forma que as pesquisas de Radu e Marius (2011), Freire et al. (2012) e Istrate (2012), verificou-se que o método mais utilizado foi o “linear” em todos os anos analisados e a

níveis muito maiores que as outras metodologias. Algumas empresas utilizaram também outras formas de cálculo, como a da soma dos dígitos e das unidades produzidas em conjunto com esse método “linear”.

Assim como mostra o estudo de Reis e Nogueira (2012), em algumas companhias essas informações, obrigatórias pela norma, não foram apresentadas. No período analisado, 13 das 518 observações (2,51%) não apresentaram a metodologia de cálculo em Notas Explicativas. É possível notar, inclusive, que antes da adoção das IFRS, a quantidade de empresas que deixaram de apresentar essa informação era menor. Nos casos de não apresentação, as empresas apenas informaram que as depreciações foram calculadas conforme alguma Nota Explicativa posterior.

4.2 Níveis de apresentação das taxas

O Gráfico 2 representa os níveis de apresentação das taxas de depreciação e das informações em conjunto das demonstrações financeiras da Controladora e do Consolidado.



Fonte: Elaborado pelos autores

Constatou-se que não houve alteração significativa nos níveis de apresentação das taxas de depreciação no período analisado. No entanto, algumas empresas não apresentaram essa informação. Foi possível verificar que, das 518 observações analisadas, em 469 (90,54%) foram informadas as taxas de depreciação utilizadas. Das outras 49 (9,46%) que não apresentaram essa informação, constatou-se que 44 observações pertenciam a empresas do setor de Energia Elétrica. Essas 44 observações correspondem a 10 das 11 companhias desse setor que foram analisadas pela presente pesquisa. As companhias de Energia Elétrica devem utilizar as taxas de depreciação definidas pela ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), conforme as resoluções referentes a cada ano. Assim, algumas empresas apenas informam que utilizam as taxas definidas por alguma resolução dessa agência. Além da informação citada dessa forma, muitas das empresas desse setor, ao invés de informar as taxas por classe de ativo imobilizado, a informam por atividade, como Distribuição, Comercialização e Administração. A informação assim apresentada dificulta a comparação da informação dessas companhias, tanto com a de empresas de outros setores, quanto com empresas do mesmo setor que utilizam a forma mais usual de apresentação das taxas de depreciação. Quando a empresa apresentou as taxas por atividade, foi considerada, assim, como não apresentada pelo presente estudo, já que a informação de taxas/prazos de depreciação exigida pelo CPC 27 é por classe de imobilizado.

É de suma importância destacar que, das empresas que apresentaram essa informação, em muitas delas não é possível separar controladora de consolidado. Ainda que esse nível de apresentação tenha sofrido uma redução de 17,86% após a adoção das normas internacionais, é possível observar na linha pontilhada do Gráfico 2 que um percentual elevado de empresas – 33,98%, em média – apresenta as taxas de depreciação agregadas da Controladora e

Consolidado. Essa forma de apresentação também dificulta a análise e comparação dessas informações.

4.3 Formatos de apresentação

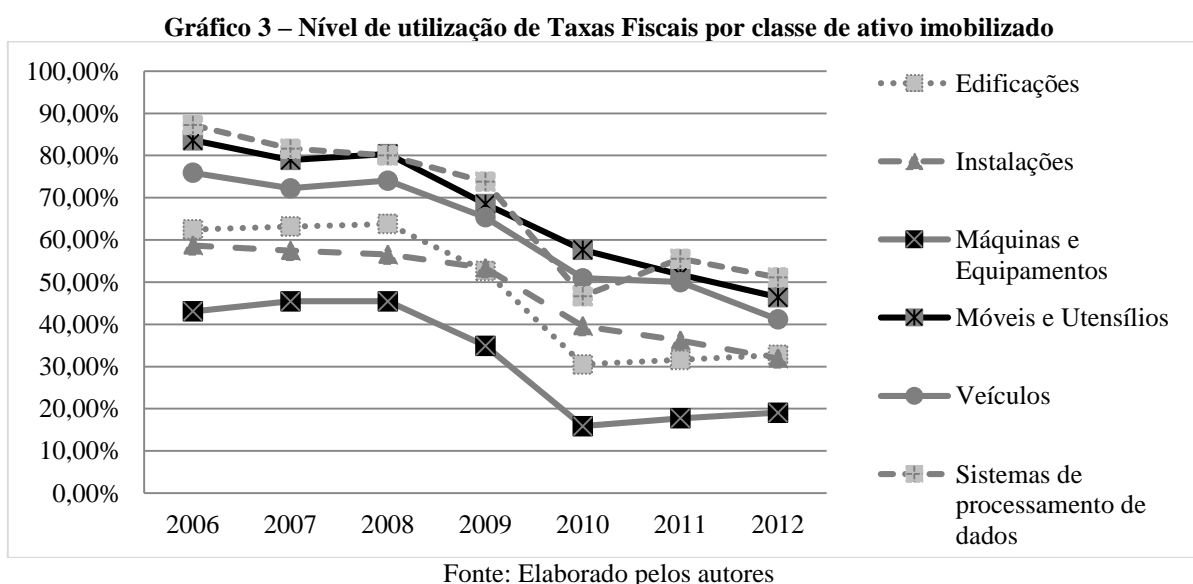
As empresas possuem diversos ativos imobilizados por classe. Assim, quando da divulgação dessas informações, é necessário que elas encontrem uma forma de resumi-las. Cada empresa tem a sua forma de apresentar as taxas/prazos de depreciação, que pode não permanecer a mesma com o passar dos anos. A forma de apresentação das taxas pode ser feita de diversas formas, sendo que as utilizadas pelas empresas analisadas são: (i) Taxas/Prazos fiscais – utilizam uma taxa anual básica definida pela Receita Federal e a relaciona a todos os seus ativos imobilizados pertencentes àquele grupo; (ii) Taxas/Prazos médias(os) – considera-se que cada ativo do grupo possui uma taxa específica, mas devido a impraticabilidade de apresentação de todas, calcula-se a média das taxas; e (iii) intervalos de taxas/prazos – estabelece um intervalo, em que são apresentados os valores mínimos e máximos de taxas presentes no grupo de ativos divulgados. Houve casos, no entanto, em que as companhias utilizaram mais de um formato de apresentação para um mesmo grupo de ativos, o qual se denominou “Formato duplo”.

O que se esperava com a adoção das normas internacionais era que as empresas abandonassem a utilização das taxas/prazos fiscais e passassem a utilizar um dos outros dois formatos. Ressalta-se que a utilização de intervalos de taxas/prazos pode não ser tão informativo também, dependendo da distância entre os valores. Quanto maior a distância entre os extremos, menor a utilidade da informação, já que não é possível saber de qual dos dois a depreciação da maior parte dos ativos está mais próxima.

A verificação do formato de apresentação teve que considerar como quantidade total de observações valores diferentes dependendo do exercício e do tipo de imobilizado, ora porque havia casos em que as empresas não forneceram as taxas para todos os ativos que possuíam, ora porque a empresa não possuía tal ativo. Assim, análise de frequência, ao invés de considerar todas as 518 observações, teve que considerar como total a quantidade de observações que apresentaram tal informação.

4.3.1 Taxas Fiscais

O Gráfico 3 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** demonstra os níveis de utilização desse formato de taxa, por classe de ativo imobilizado.



Destaca-se que os níveis de utilização das taxas fiscais para Móveis e Utensílios, Veículos (61,56%) e Sistemas de Processamento de Dados (68,24%) foram os mais altos no período analisado e permanecem em níveis elevados mesmo após a adoção das IFRS. O que poderia explicar isso é a relevância que tais classes tem no Ativo Total. No entanto, dado a certos agrupamentos de classes feitos pelas empresas na apresentação das informações sobre Imobilizado, não é possível fazer essa comprovação com os dados que se tem.

De uma forma geral, é possível perceber que, com o passar dos anos, a utilização desse formato diminuiu bastante, como mostra o Gráfico 3, mas ainda muitas das empresas analisadas as utilizaram, em 2012, para a depreciação de seus imobilizados. A queda na utilização já vinha acontecendo durante a adoção parcial, porém ressalta-se que essa redução aconteceu principalmente após a adoção total das normas internacionais, em 2010.

Isso está de acordo com os achados da pesquisa de Freire et al. (2012), que verificou que a utilização dessas taxas caiu com a adoção das novas normas, mas que, assim como verificaram Reis e Nogueira (2012), ainda há empresas que utilizam as taxas fiscais.

Ressalta-se que, dentre as seis classes de imobilizado estudadas, a que teve o maior nível de redução na utilização das taxas fiscais foi a de Máquinas e Equipamentos, mesmo sendo a classe de imobilizado que menos utilizou esse formato de taxa (31,92%). Por outro lado, o ativo Sistema de Processamento de Dados teve a menor redução percentual, ao passo que se trata do tipo de imobilizado que mais apresentou esse formato de taxa.

4.3.2 Taxas Médias, Intervalos de taxas e Formatos Duplos

A utilização de taxas médias para todas as classes estudadas aumentou consideravelmente (de 17 a 47%, em média) e passou a ser o formato mais utilizado após a adoção das IFRS. Isso está de acordo com o que se espera com a adoção dessas normas. Porém, é importante ressaltar que o aumento na utilização de taxas médias para Móveis e Utensílios, foi significativo (chegou a 41,07%) mas não superou o nível das taxas fiscais (46,43%) no último ano analisado. Isso difere das outras classes de imobilizado, já que, nesse ano, a utilização de taxas médias foi superior ao emprego das taxas definidas pela Receita (37%, em média).

Os ativos imobilizados de Móveis e Utensílios e Sistemas de Processamento de Dados foram os que tiveram o maior aumento percentual na utilização de taxas médias. Isso está relacionado ao fato de que ambas as classes tinham os menores níveis de utilização desse formato em 2006; assim, um aumento que em termos absolutos é menor que o de outros ativos, passa a ser o maior em termos relativos. A classe Edificações, no entanto, apresentou o menor aumento na utilização de taxas médias dentre as classes estudadas.

A utilização de intervalos de taxas praticamente dobrou para Edificações (de 12,5%, em 2006, a 20,69%, em 2012). Por outro lado, esse formato sofreu apenas um pequeno aumento com o passar dos anos em Móveis e Utensílios (de 9,09%, em 2006, a 12,5%, em 2012), Veículos (de 7,41 a 9,8%) e Sistemas de Processamento de Dados (de 6,38 a 8,89%) e teve uma queda em Instalações (de 21,74 a 14,89%) e em Máquinas e Equipamentos (de 26,15 a 20,63%). Entende-se, assim, que o formato de intervalos de taxas não teve o mesmo comportamento para todas as classes de ativos, sendo que para Edificações, teve o maior nível de alteração e para Máquinas e Equipamentos, o menor. Esse fato se deve à pouca utilização desse forma de apresentação; assim, mesmo que a quantidade de empresas que passou ou deixou de utilizá-lo seja pequena, em termos relativos esses valores podem ser considerados relevantes. Contudo, ressalta-se que dentre os formatos individuais, esse é o que menos sofreu alteração no período estudado.

Ao contrário das outras formas de apresentação, a utilização do Formato Duplo não teve uma adoção comum nas diferentes classes de imobilizado. Para Edificações e Veículos, sua aplicação iniciou em 2009, mas não teve muita aderência pelas empresas estudadas. Das

observações analisadas, apenas em 1,73% (em média) foi utilizado esse formato para Edificações e 1,09% (em média), para Veículos. Já em Instalações, o formato duplo só foi utilizado durante os quatro primeiros anos analisados, por 1,56% (em média) das empresas. Em Máquinas e Equipamentos, essa apresentação chegou a ser utilizada em todos os anos analisados, mas o percentual de aplicação se manteve baixo (2,47%, em média). Apenas uma empresa utilizou em 2009 essa forma de apresentação para Móveis e Utensílios e nenhuma, para Sistemas de Processamento de Dados. Dessa forma, é possível afirmar que, de forma geral, além desse formato ter sido pouco utilizado pelas empresas durante todo período, seu nível de utilização pouco se modificou com o passar dos anos. Assim, não é possível afirmar que houve um aumento/ redução na sua utilização.

4.4 Níveis de alteração das taxas

Para analisar a alteração de taxas de um exercício para o outro, foi necessário excluir da análise as observações em que não havia a informação do valor da taxa no ano anterior. Por isso, não foram feitas comparações para o ano de 2006, já que não havia dados referentes a 2005, e da mesma forma, como em certos exercícios, algumas empresas não apresentaram as taxas, o que impediria as comparações com os anos anterior e posterior, a quantidade de dados analisados diminuiu ainda mais. Essas informações estão resumidas, por classe de imobilizado na Tabela 2.

Tabela 2 – Níveis de alteração médios por classe de imobilizado

	Edificações	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Sistemas de Processamento de dados
Geral	27,76%	25,37%	33,96%	18,10%	25,16%	24,71%
Pré-IFRS	23,64%	19,57%	24,62%	9,09%	16,67%	19,15%
Adoção Parcial	17,70%	13,48%	23,26%	8,26%	16,19%	10,47%
Adoção Total	35,93%	35,04%	45,00%	27,78%	34,44%	36,51%
2010	44,44%	52,27%	66,67%	38,46%	46,00%	48,72%
2011	30,36%	21,28%	34,43%	14,55%	21,57%	30,23%
2012	33,33%	32,61%	35,48%	30,91%	36,00%	31,82%

Fonte: Elaborado pelos autores

De uma forma geral, de um ano para o outro, as empresas alteraram pouco suas taxas de depreciação em todas as classes de imobilizado o que pode ser um indicativo da permanência da influência da cultura do BR GAAP (*Brazilian Generally Accepted Accounting Principles*) e da acomodação das companhias às taxas utilizadas em anos anteriores. Contudo, em cada uma delas e com destaque para o exercício de 2010, houve um aumento significativo de revisão após a adoção das IFRS, o que já era esperado dada a exigência do CPC 27 de que seja feita ao menos uma revisão anual do método de depreciação e da vida útil do imobilizado e à possibilidade de aplicação do custo atribuído (*deemed cost*). Nos dois anos seguinte, esse nível de alteração voltou a cair, mas manteve-se acima dos níveis anteriores à adoção das normas do IASB.

Ressalta-se que esse percentual de alteração está sendo afetado pelo nível de utilização de taxas fiscais, ou seja, empresas que utilizaram essas taxas por muitos anos têm níveis menores de alteração.

Se comparados aos outros ativos, percebe-se que “Máquinas e equipamentos” foi o que mais teve suas taxas de depreciação alteradas de um ano para outro, o que pode ter relação com o fato de ser o ativo que menos utilizou taxas fiscais. Da mesma forma, o ativo imobilizado de “Móveis e utensílios”, dentre os que já foram apresentados, é o que apresenta menor quantidade de alterações, o que deve estar relacionado aos altos índices de utilização das taxas fiscais.

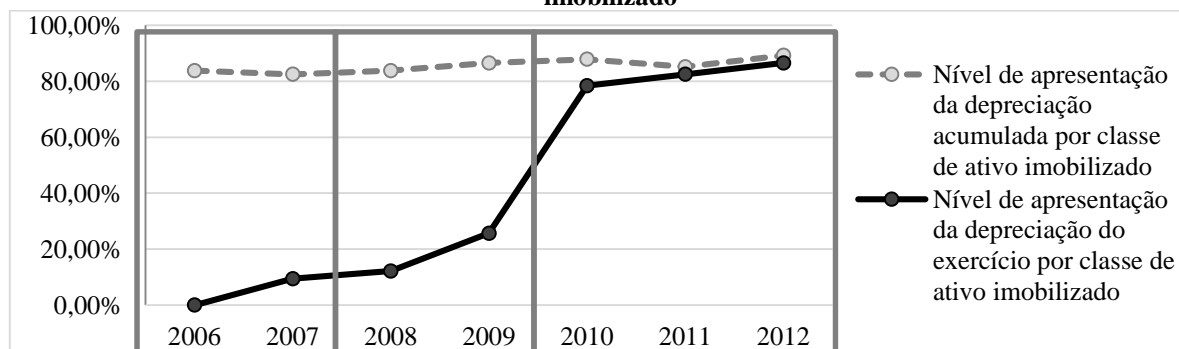
Ademais, como apenas 3 das 74 empresas estudadas são do setor de Serviços de Transporte, o alto nível de utilização de taxas fiscais para veículos e seu baixo nível de alteração de taxas podem estar relacionados com a possibilidade das atividades das empresas não empregarem muito a utilização desse imobilizado.

O nível de alteração de Sistemas de Processamento de Dados também pode estar relacionado com a natureza das operações das empresas, que provavelmente não utilizam esse ativo para as suas atividades básicas. Era de se esperar que, assim como aconteceu com as outras classes de imobilizado analisadas, os níveis de alteração fossem ainda menores devido aos altos índices de utilização de taxas fiscais. Entretanto, enquanto que em 2007 mais de 80% (40 companhias) adotaram essas taxas para esse imobilizado, as outras 9 que possuíam esse ativo no ano em questão, adotaram taxas diferentes em relação a 2006, ou seja, as empresas que não adotaram as taxas definidas pela Receita Federal naquele ano utilizaram taxas diferentes em 2006 e 2007.

4.5 Apresentação de outras informações

O CPC 27 exige que outras informações sobre depreciação sejam apresentadas por classe de ativo imobilizado: a depreciação do período e a depreciação acumulada. Mas mesmo antes da adoção das normas internacionais era comum que as empresas apresentassem a depreciação acumulada por grupo de ativo imobilizado. Não é possível afirmar o mesmo do valor da depreciação do exercício, como mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Nível de apresentação: Depreciação do exercício e Depreciação Acumulada por grupo de ativo imobilizado



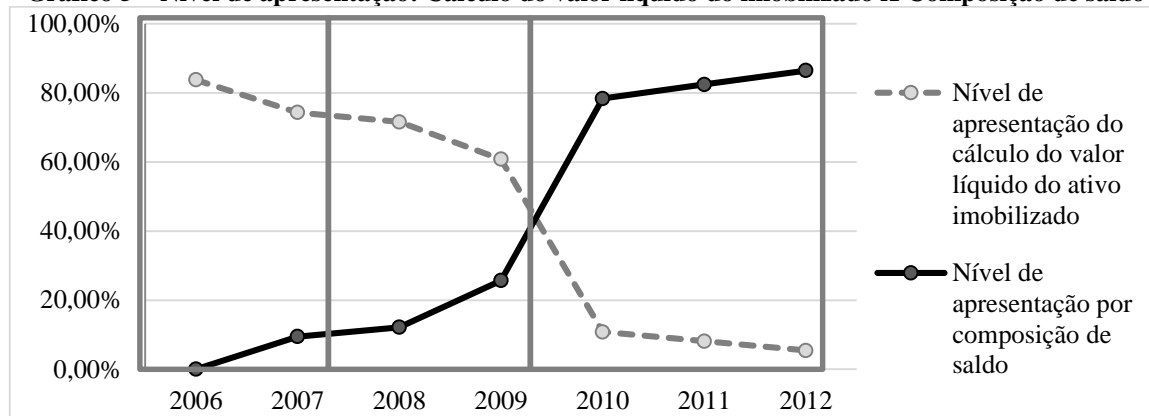
Fonte: Elaborado pelos autores

Verifica-se que a adoção das normas internacionais não afetou o nível de apresentação da depreciação acumulada, pois já era bastante elevado. Por outro lado, após o CPC 27 e a exigência da informação da depreciação por classe de imobilizado, essa informação teve um aumento bastante grande de 52,7 pontos percentuais de 2009 para 2010. Mesmo antes, com a adoção parcial das normas, esse nível já vinha aumentando, considerando o 25,68% de 2009, em comparação com a não apresentação de 2006. Ressalta-se que, ainda que tenha havido um aumento considerável, algumas empresas (14,48%, em média) não apresentaram a depreciação acumulada por classe de imobilizado.

Já a forma de apresentação dessas informações variou bastante com o passar dos anos. Das 518 observações estudadas, em 44,98% as depreciações acumuladas foram apresentadas através do cálculo do valor líquido do imobilizado. Entretanto, esse não é o único método de apresentação utilizado pelas companhias pesquisadas. Principalmente após a adoção das IFRS, que demandou essa nova forma de apresentação, as informações sobre o ativo imobilizado passaram a ser apresentadas através de uma composição dos saldos. Essa modificação da forma de apresentação ao longo do tempo pode ser visualizada no Gráfico 5. Esse outro formato de apresentação é uma forma muito mais detalhada do que o valor líquido, identificando baixas e

aquisições, que compuseram o ativo imobilizado bruto, e os valores de depreciação do exercício e baixas, que formaram a depreciação acumulada. Verificou-se que a única forma de apresentação da depreciação do período por classe de imobilizado foi por meio da composição do saldo, por esse motivo, as linhas cheias dos Gráficos 4 e 5 são iguais.

Gráfico 5 – Nível de apresentação: Cálculo do valor líquido do imobilizado X Composição de saldo



Fonte: Elaborado pelos autores

É possível verificar que o formato mais simples de informação vem sendo abandonado pelas companhias com o passar dos anos e substituído pela composição dos saldos. Contudo, ainda que essa composição seja exigida pelo CPC 27, algumas empresas não apresentaram essas informações por classe de imobilizado em alguns períodos.

Ressalta-se que essas afirmações estão sendo feitas sobre as informações da Controladora. Algumas empresas apresentaram essas informações apenas para o Consolidado, contudo, não fazia parte do escopo desse trabalho analisá-las.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Contabilidade brasileira, dada a sua origem no *code law*, era baseada em regras e muito influenciada pelas regras fiscais. Com a adoção das normas do IASB, o que se esperava era um distanciamento entre a contabilidade e o negócio jurídico, aproximando-a da essência econômica. Contudo, alguns estudos apontam para o fato de que, ainda que as normas internacionais tenham sido adotadas, nem todas estão sendo aplicadas em seu total vigor. Assim, a presente pesquisa tinha por meta responder o seguinte problema: Em quais aspectos, de divulgação e apresentação, as informações contábeis referentes à depreciação dos ativos imobilizados evoluíram antes e depois da adoção das IFRS nas maiores empresas abertas brasileiras?

Para isso, foram analisadas as maiores companhias abertas listadas na BM&FBOVESPA, que possuíam ativos imobilizados e/ou despesas de depreciação de 2006 a 2012. A amostra final contou com 74 empresas e, para agregar à análise, o período foi dividido em três: antes, durante e depois da adoção das IFRS.

Foi possível encontrar mudanças consideráveis nas Notas Explicativas, principalmente após a adoção das IFRS, mas ainda permanecem muitos resquícios da cultura anterior, desde a utilização das taxas fiscais até o baixo nível de revisão das taxas. Percebeu-se também que, como era de se esperar conforme a Teoria da Divulgação, as informações passaram a ser mais apresentadas quando se tornaram obrigatórias, mas ainda assim, algumas dessas informações não foram apresentadas. Dessa forma, pode-se afirmar que muitas empresas ainda precisam se adequar completamente às novas normas no que tange a depreciação, para que mais

informações estejam disponíveis para o usuário, que, assim, poderão utilizá-las para sua tomada de decisão sobre investimento.

Os achados da presente pesquisa podem ser úteis para investidores e credores, que necessitam de informações para suas tomadas de decisão de investimento, auxiliando-os a verificar os problemas nas demonstrações (falta de informação e permanência da utilização de taxas fiscais) e na comparação da forma de apresentação da informação com o passar dos anos. Auxilia os reguladores na verificação do atendimento aos requisitos das normas relacionadas à depreciação, sua comparação com os anos pré-IFRS e na reavaliação do *enforcement* dado atualmente para a necessidade de aumento da qualidade da informação. Aos pesquisadores, fornece conhecimento sobre a evolução das divulgações sobre depreciação e podem ser utilizados como base para outros estudos. E às empresas e à auditoria externa, tem o potencial de conscientização da necessidade e da demanda por mais e melhores informações, permitindo o real alcance do objetivo da Contabilidade.

Por fim, é importante destacar que essa pesquisa apresenta algumas limitações. Uma limitação está relacionada ao fato de ser uma pesquisa documental, que depende da veracidade dos documentos que se utiliza. Contudo, entende-se que esse problema é minimizado pelos relatórios financeiros que passaram por auditoria externa. Outra limitação refere-se a quantidade de empresas analisadas e ao fato de serem apenas companhias abertas da Revista Melhores e Maiores, ou seja, não foram analisadas todas as empresas da população, não sendo possível fazer generalizações. Esse impedimento está relacionado também com o fato da escolha das empresas não ter sido aleatória.

REFERÊNCIAS

AGOGLIA, C. P.; DOUPNIK, T. S.; TSAKUMIS, G. T. Principles-Based versus Rules-Based Accounting Standards: The Influence of Standard Precision and Audit Committee Strength on Financial Reporting Decisions. **The Accounting Review**, v.86, n3, p.747-767, 2011. <http://dx.doi.org/10.2308/accr.000000045>

BAPTISTA, E. M. Ganhos em transparência versus novos instrumentos de manipulação: o paradoxo das modificações trazidas pela Lei nº 11.638. **Revista de Administração de Empresas**, v.49, n.2, p.234-239, abr/jun.2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75902009000200009>

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BARTH, M. E.; LANDSMAN, W. R.; LANG, M. H. International accounting standards and accounting quality. **Journal of Accounting Research**, v.46, n.3, p.467-498, 2008. DOI: 10.1111/j.1475-679X.2008.00287.x

BLACK, B. S. Strengthening Brazil's securities markets. **Revista de Direito Mercantil, Econômico e Financeiro**, Nova York, 2001. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=247673>>. Acesso em: 2 mai. 2013. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.247673>

BLACK, J.; HOPPER, M.; BAND, C. Making a success of principles-based regulation. **Law and Financial Markets Review**, v.1, n.3, p.191-206, 2007. DOI: 10.1080/17521440.2007.11427879

BRAGA, J. P.; OLIVEIRA, J. R.; SALOTTI, B. M. Determinantes do nível de divulgação ambiental nas demonstrações contábeis de empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade da UFBA**, v.3, n.3, p.81-95, 2009.

BRASIL. Lei n. 6.404/76. Brasília-DF, 15 dez. 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm#art176iv>. Acesso em: 17 abr. 2013.

_____. Lei n. 11.638/07. Brasília-DF, 28 dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 21 abr. 2013.

_____. Lei n. 11.941/09. Brasília-DF, 21 mai. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11941.htm#art37>. Acesso em: 21 abr. 2013.

CVM (Comissão de Valores Mobiliários). Demonstrações Financeiras Padronizadas. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: out. 2013.

CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis). Pronunciamento Técnico CPC 27: Ativo Imobilizado. Brasília-DF, 26 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em 21 abr. 2013.

CFC. Resolução n. 1.027/05. Brasília, 15 abr. 2005. Disponível em: <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/nbct19_5.htm>. Acesso em: 4 jun. 2013.

CRUZ, C. V.; LIMA, G. A. Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil. **Revista Universo Contábil**, v.6, n.1, p.85-101, jan./mar. de 2010. doi: 10.4270/ruc.2010105.

DYE, R. An evaluation of 'essays on disclosure' and the disclosure literature in accounting. **Journal of Accounting and Economics**, v.32, p.181-235, 2001. doi: 10.1016/S0165-4101(01)00024-6

EBERHARTINGER, E. L. The impact of tax rules on financial reporting in Germany, France and UK. **The International Journal of Accounting**, v.34, n.1, p.93-119, 1999. doi: 10.1016/S0020-7063(99)80005-3

ECCLES, R. G. et al. **The value reporting revolution: moving beyond the earnings game**. Nova York, Estados Unidos: John Wiley & Sons, Inc, 2001.

ERNST&YOUNG & FIPECAFI. **Manual de normas internacionais de contabilidade: IFRS versus normas brasileiras**. 2ª ed. São Paulo, São Paulo: Atlas, 2010.

FASC (Financial Accounting Standards Committee). Evaluating concepts-based vs. rules-based approaches to standard setting. **Accounting Horizons**, v.17, n.1, p.73-89, mar. 2003. <http://dx.doi.org/10.2308/acch.2003.17.1.73>

FREIRE, M. D. et al. Aderência às normas internacionais pelas empresas brasileiras. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v.6, n.15, p.3-22, 2012. <http://dx.doi.org/10.11606/rco.v6i15.52654>

GERON, C. M. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos trinta anos: da Lei n. 6.404/76 à Lei n. 11.638/07**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GOULART, A. M. **Evidenciação contábil do risco de mercado por instituições financeiras no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

GRAY, S. J. Towards a theory of cultural influence on the development of accounting systems internationally. **ABACUS**, v.24, n.1, p.1-15, 1988. DOI: 10.1111/j.1467-6281.1988.tb00200.x

GUIMARÃES, L. **Depreciação e retorno sobre o investimento**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1981.

IASB (International Accounting Standards Board). IAS 1 - Presentation of Financial Statements. Londres, 1 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/Pages/IAS.aspx>>. Acesso em: 8 jun. 2013.

_____. IAS 16 - Property, plant and equipment. Londres, 1 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.ifrs.org/IFRSs/Pages/IAS.aspx>>. Acesso em: 1 jun. 2013.

ISTRATE, C. Impact of IFRS on romanian accounting and tax rules for fixed tangibles assets. **Accounting and Management Information Systems**, v.2, p.243-263, 2012.

IUDÍCIBUS, S. Contabilidade: entre umas e outras. **Revista de Informação Contábil**, v.1, n.1, p.1-6, 2007.

_____. **Teoria da Contabilidade**. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

_____; MARTINS, E.; CARVALHO, L. N. Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.16, n.38, p.7-19, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>

_____; _____; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das sociedades por ações (aplicável às demais sociedades)**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LA PORTA, R.; DE-SILANES, F. L.; SHLEIFER, A. The economic consequences of legal origins. **Journal of Economic Literature**, v.46, n.2, p.285-332, 2008. DOI: 10.1257/jel.46.2.285

LANZANA, A. P. **Relação entre disclosure e governança corporativa das empresas brasileiras**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LARSON, R. K.; STREET, D. L. Convergence with IFRS in an expanding Europe: progress and obstacles identified by large accounting firms' survey. **Journal of international accounting, auditing and taxation**, v.13, n.2, p.89-119, 2004. doi: 10.1016/j.intaccaudtax.2004.09.002

LIMA, J. B. **A relevância da informação contábil e o processo de convergência para as normas IFRS no Brasil**. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MARTINS, E.; DINIZ, J. A.; MIRANDA, G. J. **Análise avançada das demonstrações contábeis: uma abordagem crítica**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____; GELBCKE, E. R; SANTOS, A.; IUDÍCIBUS, S. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____; MARTINS, V. A.; MARTINS, E. A. Normatização Contábil: Ensaio sobre sua evolução e o papel do CPC. **Revista de Informação Contábil**, v.1, n.1, p.7-30, set. 2007.

MURCIA, F. D.; SANTOS, A. Fatores Determinantes do Nível de Disclosure Voluntário das Companhias Abertas no Brasil. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v.3, p.72-95, 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>

RADU, D.; MARIUS, D. Issues related to the accounting treatment of the tangible and intangible assets depreciation. **The annals of the University of Oradea - Economic Sciences**, v.1, n.2, p.498-502, 2011.

RAMOS, A. T. **O problema da amortização dos bens depreciables e as necessidades administrativas das empresas**. Tese (Doutorado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 1968.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: teoria e prática**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2009, p.76-97.

RFB (Receita Federal do Brasil). **Instrução Normativa SRF n. 162**. Brasília, 31 dez. 1998. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/ins/Ant2001/1998/in16298.htm>>. Acesso em 8 out. 2013.

REIS, A. O. et al. Disclosure da recuperabilidade do valor do ativo imobilizado: análise do setor de siderurgia brasileiro. **Revista Ambiente Contábil**, v.5, n.2, p. 37-52, jul./dez. 2013.

REIS, L. G.; NOGUEIRA, D. R. Disclosure do ativo imobilizado: análise das práticas pelas empresas do Novo Mercado considerando o CPC 27. **Revista de Estudos Contábeis**, v. 3, n. 4, p. 54-67, jan/jun. 2012.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Ensaio Sobre a Teoria da Divulgação. **Brazilian Business Review**, v. 2, n. 1, p. 53-70, 2005.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SEC (Securities and Exchange Commission). **Study Pursuant to Section 108(d) of the Sarbanes-Oxley Act of 2002 on the Adoption by the United States Financial Reporting System of a Principles-Based Accounting System**. Estados Unidos, jul. 2003. Disponível em: <<http://www.sec.gov/news/studies/principlesbasedstand.htm#1e>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

STREET, D. L.; LARSON, R. K. Large accounting firms' survey reveals emergence of "two standard" system in the European Union. **Advances in international accounting**, v.17, p.1-29, 2004. doi: 10.1016/S0897-3660(04)17001-3

VALOR ECONÔMICO. **Regulador aperta cerco sobre ativos "duvidosos"**. São Paulo, 13 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/impreso/empresas/regulador-aperta-cerco-sobre-ativos-duvidosos>>.

VERRECCHIA, R. Essays on disclosure. **Journal of Accounting and Economics**, v.32, p.97-180, 2001. doi: 10.1016/S0165-4101(01)00025-8